

# BOLETIM DE FINANÇAS PÚBLICAS

Nº 14 – Junho/2018



## Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

## Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

## Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Francisco de Queiroz Maia Júnior – Secretário

## Antônio Sérgio Montenegro Cavalcante – Secretário adjunto

Júlio Cavalcante Neto – Secretário executivo

## Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

### Diretor Geral

Flávio Ataliba Flexa Dalto Barreto

### Diretoria de Estudos Econômicos - DIEC

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

### Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

João Mário de França

### Diretoria de Estudos de Gestão Pública – DIGEP

Cláudio André Gondim Nogueira

### Gerência de Estatística, Geografia e Informação – GEGIN

Marília Rodrigues Firmiano

---

## Boletim de Finanças Públicas – Nº 14 – Junho/2018

### DIRETORIA RESPONSÁVEL:

Diretoria de Estudos de Gestão Pública - DIGEP

### Autor(es):

Paulo Araújo Pontes (Analista de Políticas Públicas - DIGEP)

José Freire Junior (Analista de Políticas Públicas - DIGEP)

Cláudio André Gondim Nogueira (Diretor da DIGEP)

---

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

**Missão:** Propor políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Ceará por meio da geração de conhecimento, informações geossocioeconômicas e dá assessoria ao Governo do Estado em suas decisões estratégicas.

**Valores:** Ética e transparência; Rigor científico; Competência profissional; Cooperação interinstitucional e Compromisso com a sociedade.

**Visão:** Ser uma Instituição de pesquisa capaz de influenciar de modo mais efetivo, até 2025, a formulação de políticas públicas estruturadoras do desenvolvimento sustentável do estado do Ceará.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) -  
Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n | Edifício SEPLAG | Térreo -  
Cambeba | Cep: 60.822-325 |  
Fortaleza, Ceará, Brasil | Telefone: (85) 3101-3521  
<http://www.ipece.ce.gov.br/>

## Sobre o BOLETIM DE FINANÇAS PÚBLICAS

A Série **Boletim de Finanças Públicas**, disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), apresenta de forma sucinta, o comportamento das finanças públicas cearenses dos últimos doze meses em que os dados estão disponíveis, podendo ser utilizado como uma referência na tomada de decisão tanto de agentes públicos como privados.

É ainda um instrumento de consulta para os cidadãos cearenses e outros interessados na situação das contas públicas do Estado do Ceará. Sua frequência é bimestral, o que permite um acompanhamento contínuo e pormenorizado das finanças públicas estaduais.

Para essa análise foram utilizados dados constantes no sistema S2GPR e todos os valores foram atualizados pelo IPCA do último mês considerado. Para essa análise foram utilizados dados constantes no sistema S2GPR e todos os valores foram atualizados pelo IPCA do último mês considerado.

O Boletim é dividido em quatro blocos, sendo o primeiro destinado a um sumário executivo, o segundo as notas metodológicas, o terceiro à análise das receitas e, finalmente, o quarto às despesas e investimentos.

---

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE  
2018

Boletim de Finanças Públicas / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) / Fortaleza – Ceará: IPECE, 2018.

ISSN: 2594-8695

---

## SUMÁRIO

1. Sumário Executivo, 3
2. Notas Metodológicas, 6
3. Receitas Correntes, 7
4. Despesas Correntes e de Investimentos, 12

## 1. Sumário Executivo

Na Tabela 1 apresenta-se um resumo dos principais indicadores fiscais relativos a valores acumulados em doze meses, onde o período correspondente de julho de 2017 a junho de 2018, foi aproximadamente igual a R\$ 18,4 bilhões, com uma variação de -3,74%, em termos reais, em relação ao período imediatamente anterior. Entretanto, se as receitas excepcionais registradas no final de 2016<sup>1</sup> forem descontadas haveria uma elevação de 2,3% na RCL do Ceará nos últimos doze meses.

**Tabela 1: Resumo dos indicadores fiscais<sup>(1)</sup>, valores acumulados em doze meses (R\$ 1.000,00 de jun./2018)**

Discriminação	Jul/2016 a Jun/2017	Jul/2017 a Jun/2018	Δ%
<b>Receita Corrente Líquida</b>	<b>19.150.948</b>	<b>18.434.008</b>	<b>-3,74</b>
ICMS	9.627.577	10.063.991	4,53
FPE	5.632.938	5.298.708	-5,93
IPVA	749.580	794.373	5,98
<b>Despesa Correntes Líquidas das Transferências Constitucionais</b>	<b>15.980.480</b>	<b>16.551.012</b>	<b>3,57</b>
Despesa Total com Pessoal (DTP) <sup>(2)</sup>	7.756.104	7.803.816	0,62
Despesa com pessoal ativo	6.173.853	6.527.058	5,72
Despesa com pessoal inativo e pensionistas	2.113.936	2.231.600	5,57
(-) Inativos com Recursos Vinculados	887.237	1.456.024	64,11
Despesas com Terceirizações	1.551.090	1.579.122	1,81
Juros e Amortizações	1.307.005	1.537.376	17,63
<b>Investimentos</b>	<b>2.093.917</b>	<b>2.752.356</b>	<b>31,45</b>

Fonte: SEFAZ/S2GPR.

Notas:

<sup>(1)</sup> Na tabela são apresentadas somente as principais receitas e despesas. Portanto, as somas dos itens não são iguais aos totais.

<sup>(2)</sup> A Despesa Total com Pessoal é inferior à soma das despesas com pessoal ativo e inativo dado que são consideradas algumas deduções em seu cálculo.

Em contrapartida, observou-se que as despesas correntes (líquidas das transferências constitucionais) do Governo do Estado cresceram 3,57%, em termos reais, quando comparado aos doze meses anteriores. Apesar dessa variação ter sido positiva enquanto a da RCL foi negativa, as despesas correntes são consideravelmente menores que as receitas, o que é um fator positivo. Mas, por outro lado, deve-se exercer um constante monitoramento das despesas para evitar um

<sup>1</sup> No caso, durante os meses de novembro e dezembro de 2016, houve uma considerável elevação não-recorrente do Fundo de Participação dos Estados (FPE), em virtude da entrada de recursos da repatriação, e, também, um aumento significativo de arrecadação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD). É importante salientar que esses valores acabaram contribuindo significativamente para o resultado apresentado na Tabela 1, pois, elevaram a base de comparação.

crescimento desproporcional das mesmas, uma vez que o Ceará (assim como o Brasil) está inserido em um lento processo de recuperação da forte recessão apresentada em 2015 e 2016, o que eleva as pressões da sociedade para o aumento dos gastos e dos investimentos e, também, pode ter um impacto negativo sobre o crescimento das receitas, desacelerando-o.

Três fatos importantes chamam a atenção em relação às receitas correntes do Estado. O primeiro refere-se ao significativo impacto do lançamento do Refis em junho e julho de 2017, permitindo que contribuintes pudessem pagar valores em atraso de impostos como o ICMS e o IPVA. O segundo fato é o comportamento dos repasses do FPE que, no período de junho a outubro de 2017, em janeiro a março de 2018 e em maio e junho de 2018, foram superiores aos verificados doze meses antes, mas que, no geral, apresentaram uma redução significativa de 5,93% entre julho de 2017 e junho de 2018<sup>2</sup>. Por fim, o terceiro fato, foi o significativo incremento da arrecadação com o IPVA (5,98%). Quanto a isto, tem-se que a arrecadação desse imposto pode ter crescido como decorrência da maior venda de veículos, como indicam os dados recentes referentes ao comércio varejista ampliado do IBGE.

Já em relação ao comportamento das despesas correntes (líquidas das transferências constitucionais) destaca-se o crescimento da despesa com pessoal ativo, inativo e pensionistas, além da significativa elevação do pagamento de inativos com recursos vinculados, que se refere aos pagamentos de aposentadorias com recursos oriundos das contribuições previdenciárias, que cresceu 64,11% nos últimos 12 meses.

Destaca-se ainda o forte crescimento dos investimentos do Governo do Estado no período de julho de 2017 a junho de 2018, com variação de 31,45% em relação aos 12 meses imediatamente anteriores. No caso, esses investimentos são importantes para induzir os investimentos privados e alavancar o crescimento econômico do Estado em um período de lenta recuperação econômica.

A Tabela 2 apresenta um resumo do comportamento acumulado, do ano de 2017 e 2018 até junho, dos indicadores fiscais, em que se constata um decréscimo de 0,65% da RCL estadual em relação a 2017. Entretanto, as principais fontes de financiamento do Estado, ICMS, IPVA e FPE, cresceram em relação ao acumulado do ano anterior. Dessa forma, pode-se supor que as demais receitas estaduais cresceram bem menos do que essas três fontes. Esse fato deverá ser mais bem analisado em um estudo específico para esse fim.

---

<sup>2</sup> Mais uma vez, as receitas não-recorrentes registradas no final de 2016 distorcem a base de comparação.

**Tabela 2: Resumo dos indicadores fiscais, valores acumulados no ano até junho (R\$ 1.000,00 de jun./2018)**

Discriminação	Acumulado no Ano		Δ%
	Até Jun/2017	Até Jun/2018	
<b>Receita Corrente Líquida</b>	<b>9.372.128</b>	<b>9.311.518</b>	<b>-0,65</b>
ICMS	4.731.524	4.811.791	1,70
FPE	2.793.506	2.931.426	4,94
IPVA	674.623	699.501	3,69
<b>Despesa Correntes Líquidas das Transferências Constitucionais</b>	<b>7.299.892</b>	<b>7.652.690</b>	<b>4,83</b>
Despesa Total com Pessoal (DTP) <sup>(2)</sup>	3.595.217	3.617.575	0,62
Despesa com pessoal ativo	2.927.032	3.103.613	6,03
Despesa com pessoal inativo e pensionistas	994.942	1.048.070	5,34
(-) Inativos com Recursos Vinculados	475.582	750.448	57,80
Despesas com Terceirizações	645.062	666.148	3,27
Juros e Amortizações	646.212	687.036	6,32
<b>Investimentos</b>	<b>787.383</b>	<b>1.013.545</b>	<b>28,72</b>

Fonte: SEFAZ/S2GPR.

Notas:

<sup>(1)</sup> Na tabela são apresentadas somente as principais receitas e despesas. Portanto, as somas dos itens não são iguais aos totais.

<sup>(2)</sup> A Despesa Total com Pessoal é inferior à soma das despesas com pessoal ativo e inativo dado que são consideradas algumas deduções em seu cálculo.

Ainda em relação à Tabela 2, no que se refere às despesas correntes acumuladas até 2018, chama atenção o fato da despesa com pessoal ativo ter crescido 6,03%. Entretanto, constata-se que a Despesa Total com Pessoal, apesar do crescimento das despesas com ativos e inativos, cresceu apenas 0,62% no acumulado do ano. Esse pequeno crescimento é justificado pelo incremento de 57,80% no pagamento de inativos com recursos vinculados. Sugere-se uma maior investigação sobre esse comportamento excepcional.

Já no que se refere aos investimentos, considerando o acumulado até junho de 2018, verificou-se um crescimento real de 28,72% em relação ao mesmo período de 2017, indicando que mesmo em período marcado por uma recuperação relativamente lenta da economia, o Governo do Estado tem conseguido elevar os seus investimentos. Como foi argumentado antes, esse é um movimento relevante tanto para estimular o crescimento econômico como, também, para induzir as inversões privadas.

## 2. Notas Metodológicas

Nesse Boletim de Finanças Públicas pretende-se apresentar de forma sucinta o comportamento das finanças públicas cearenses dos últimos doze meses em que os dados estão disponíveis, podendo ser utilizado como uma referência na tomada de decisão tanto de agentes públicos como privados. Pretende-se ainda que ele sirva de instrumento de consulta para os cidadãos cearenses e outros interessados na situação das contas públicas do Estado do Ceará. Sua frequência é mensal, o que poderá permitir um acompanhamento pormenorizado das finanças públicas estaduais.

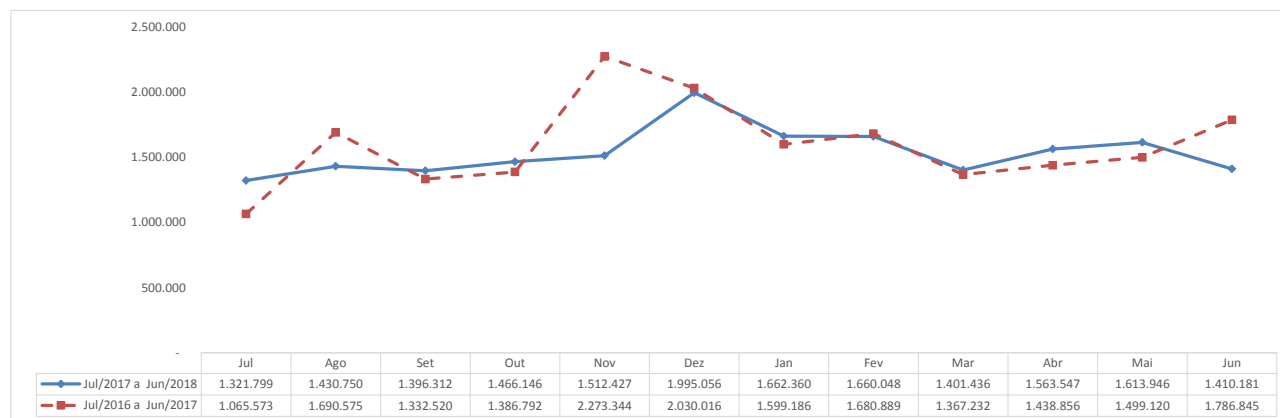
Para as análises foram utilizados dados constantes no sistema S2GPR, da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), e todos os valores foram atualizados pelo IPCA do último mês da série. Para o cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL) e da Despesa Total com Pessoal (DTP) foi utilizado o método empregado nos relatórios fiscais da SEFAZ. Relativamente a DTP não foi considerado o gasto com pessoal via Consórcio de Saúde Pública, cujas informações não constam no sistema da S2GPR, sendo, portanto, a DTP apresentada uma aproximação daquela informada nos Relatórios de Execução Orçamentária (RREO).

Deve-se ainda observar que todos os valores apresentados nesse relatório foram atualizados a preços do último mês do período, assim deve-se alertar que eles diferem daqueles constantes nos relatórios apresentados pela SEFAZ, como os da RCL e os limites com despesa de pessoal, pois esses últimos apresentam valores correntes.

### 3. Receitas Correntes

Na Figura 1 é apresentado o comportamento mensal da Receita Corrente Líquida (RCL) do estado do Ceará, no período de julho de 2017 a junho de 2018, destacando-se, também, a sua trajetória no período imediatamente anterior, ou seja, nos doze meses anteriores.

**Figura 1: Receita Corrente Líquida de Julho de 2017 a junho de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de jun./2018)**

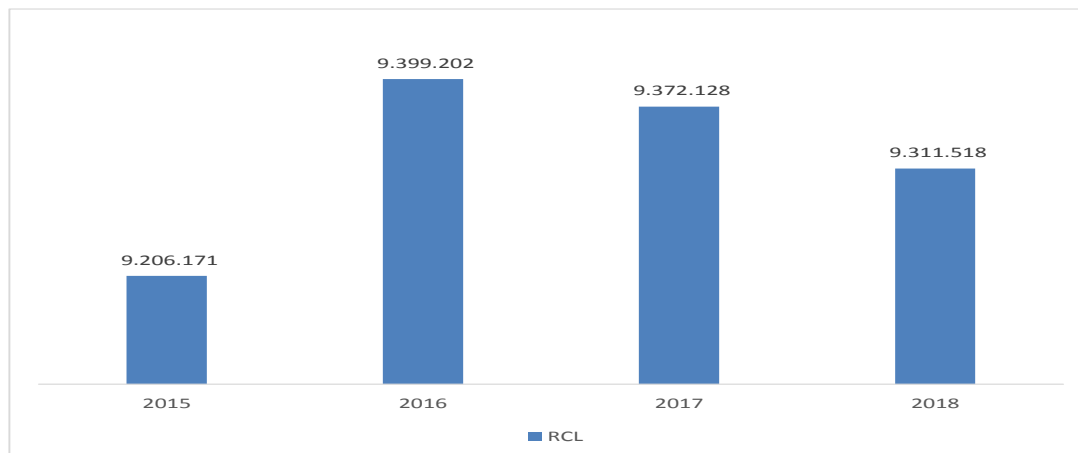


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Das trajetórias da RCL, apresentadas na figura acima, observa-se que a RCL correspondente ao período de julho de 2017 a junho de 2018, somou-se R\$ 18,4 bilhões, contra R\$ 19,2 bilhões do período anterior, isto é, houve uma queda real de 3,74% da RCL entre os dois períodos. Cabe destaque, no final de 2016, que os resultados obtidos pelas receitas extraordinárias contribuíram para essa queda, pois, elevaram de forma atípica a base de comparação. Vale salientar, que essas receitas foram oriundas dos repasses do FPE (Fundo de Participação dos Estados) dos recursos arrecadados pela União com a repatriação de recursos (mais de R\$ 582 milhões) e da arrecadação de mais de R\$ 550 milhões com ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis ou Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos) nos últimos dois meses do ano.

Observa-se, então, que o valor da RCL de dezembro de 2017 foi pouco inferior ao verificado um ano antes. Esse resultado torna-se expressivo dado que no referido mês não houve aporte de receitas extraordinárias, a exemplo do corrido um ano antes. Ademais, observa-se que, em quatro meses, dos primeiros seis de 2018, a RCL foi superior, em termos reais, à verificada um ano antes.

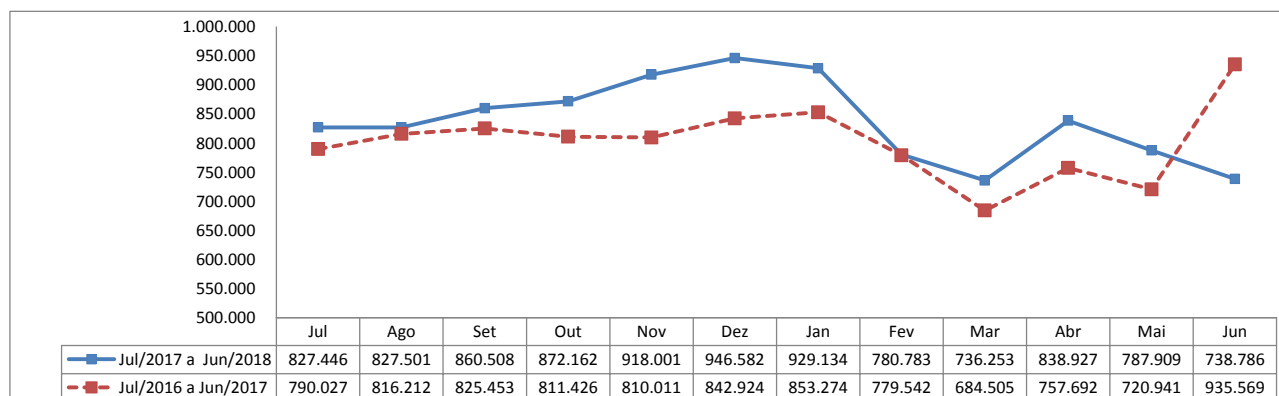
Os valores da Receita Corrente Líquida dos últimos quatro anos acumuladas até junho, apresentados na figura abaixo, mostra que em 2018 essas receitas estão inferiores, provavelmente essa redução deve-se ao fato de receitas extraordinárias ocorridas em junho de 2017, quando foi lançado o Programa de Refinanciamento de Débitos (REFIS) contribuindo à elevação da arrecadação de ICMS e IPVA.

**Figura 2: Receita Corrente Líquida acumulada até junho (R\$ 1.000,00 de jun./2018)**

Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Obs.: Para o cálculo da RCL foram consideradas as receitas e as deduções acumuladas até o mês de maio de cada ano.

A arrecadação do ICMS constitui-se na principal fonte de receita corrente do estado do Ceará, podendo-se notar que a arrecadação dos últimos doze meses, de julho de 2017 a junho de 2018, supera a dos doze meses anteriores, portanto, tem-se um crescimento real de 4,53% quando se comparam os dois períodos. Podem-se mencionar dois fatos que explicam esse crescimento das receitas do ICMS, sendo o primeiro a majoração da alíquota modal<sup>3</sup> de ICMS de 17% para 18%, ocorrida no mês de abril de 2017, que deve ter contribuído para a elevação da arrecadação desse imposto (testes estatísticos mais apurados devem ser realizados para mensurar esse impacto). O segundo fator a contribuir para a elevação da arrecadação estadual foi o início do processo de recuperação da economia cearense (Figura 3).

**Figura 3: Arrecadação de ICMS de julho de 2017 a junho de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de jun./2018)**

Fonte: S2GPR/SEFAZ.

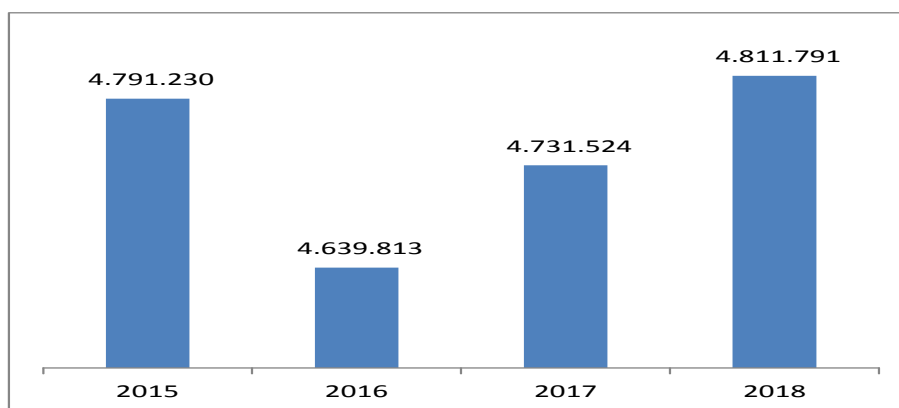
<sup>3</sup> Essa alíquota não engloba combustíveis, energia elétrica e telecomunicações, ver Lei nº 16.177/2016.



Observa-se, ainda, que a arrecadação de ICMS de junho de 2017 foi superior àquela verificada em junho de 2018, sendo esse fato explicado pelo lançamento do programa de refinanciamento de débitos tributários (REFIS) naquele mês.

Na Figura 4 é apresentada a arrecadação de ICMS dos últimos quatro anos, acumuladas nos seis primeiros meses do ano, e constata-se o significativo incremento da arrecadação de ICMS em 2018, comparativamente aos dois anos anteriores. Como mencionado anteriormente, a recuperação da economia estadual, iniciada no segundo trimestre de 2017, e a majoração da alíquota de ICMS combinadas contribuíram para recuperar a arrecadação de ICMS.

**Figura 4: Arrecadação de ICMS acumulada até junho (R\$ 1.000,00 de jun./2018)**

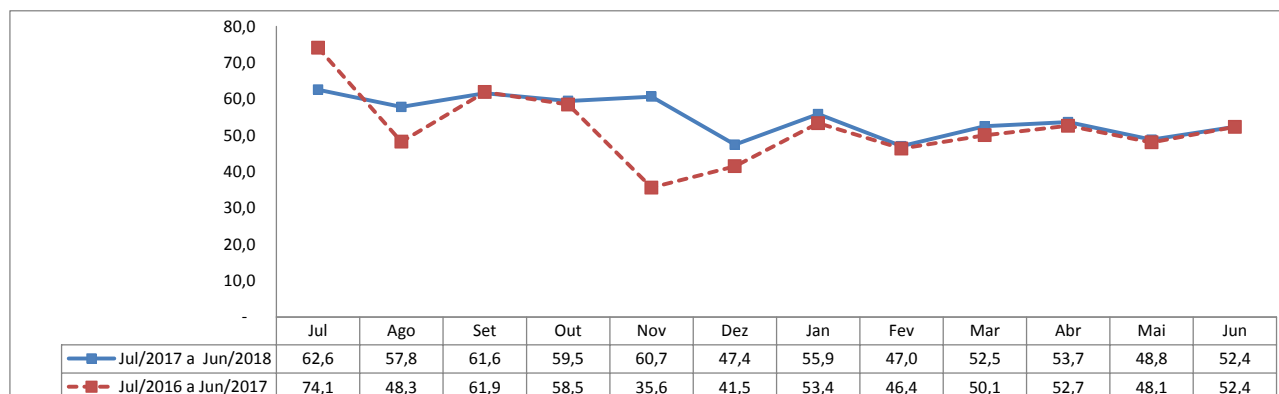


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

O Indicador de Independência Fiscal mede o grau de autonomia da principal receita própria do Estado para o financiamento de suas despesas, no qual quanto mais próximo de 100%, melhor. Pode ser obtido através da arrecadação de ICMS, mês a mês, em relação à RCL.

A evolução do indicador de Independência Fiscal de julho de 2017 a junho de 2018 e, também, nos doze meses anteriores é apresentada na Figura abaixo. Comparando os resultados obtidos durante os doze meses em análise relativamente ao período imediatamente anterior pode-se constatar uma maior independência fiscal principalmente nos meses de agosto, novembro e dezembro. E ainda, no ano de 2017, a partir do mês de julho os resultados estão próximos a 60%. Vale registrar ainda que, em dez./2017, houve uma considerável redução no indicador em relação ao mês anterior, mas se manteve acima do valor registrado em dez./2016. Ademais, nos seis primeiros meses de 2018 também apresentam uma menor dependência quanto ao verificado doze meses antes.

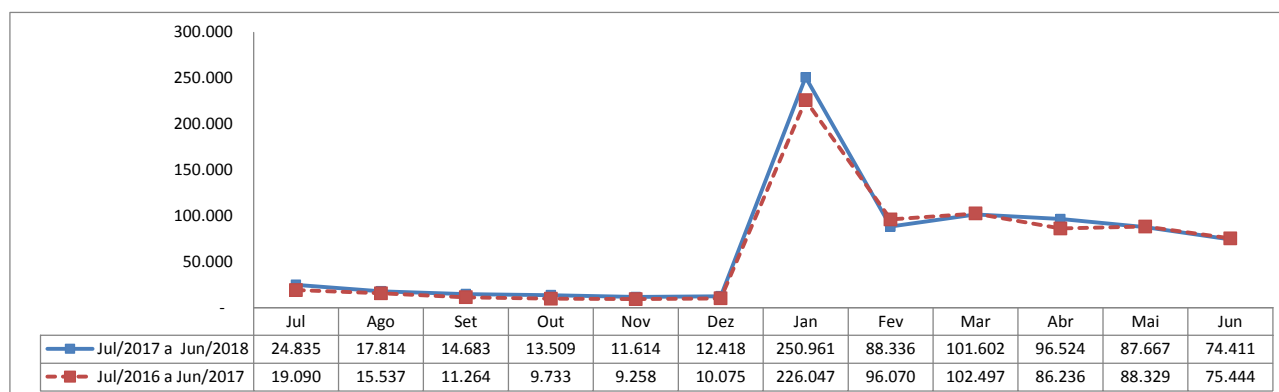
**Figura 5: Independência Fiscal de julho de 2017 a junho de 2018 e do período imediatamente anterior (%)**



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

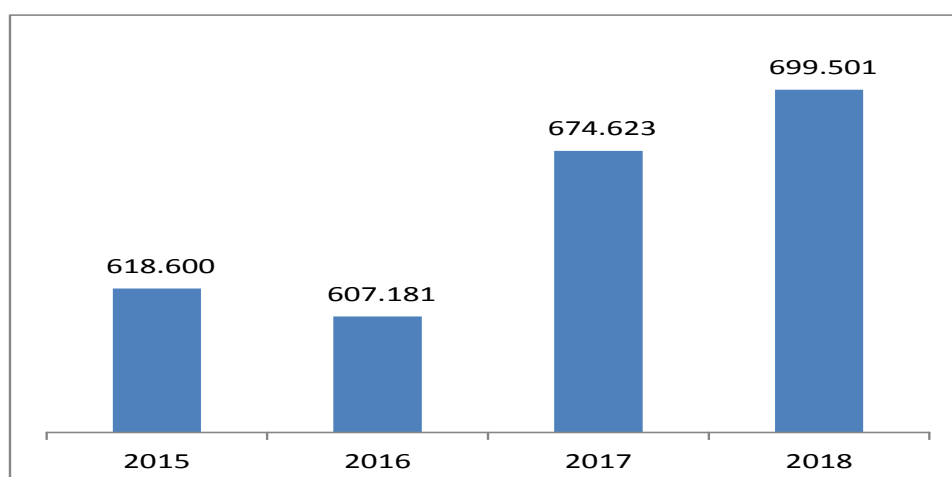
Em relação ao comportamento da arrecadação do IPVA relativo ao período de julho de 2017 a junho de 2018, constata-se um crescimento, em termos reais, de 5,98%, quando comparado ao período anterior, ou seja, um incremento de R\$ 44,8 milhões (a preços de junho de 2018) entre os dois períodos. Destaque para o mês de janeiro de 2018 que arrecadou 11,02% a mais que o mesmo período do ano anterior. Já nos meses de fevereiro, março, maio e junho de 2018, os valores foram menores, em termos reais, que nos mesmos meses do ano anterior, o que sugere uma maior adesão ao pagamento da cota única do IPVA no ano de 2018 (Figura 6).

**Figura 6: Arrecadação de IPVA de julho de 2017 a junho de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de jun./2018)**



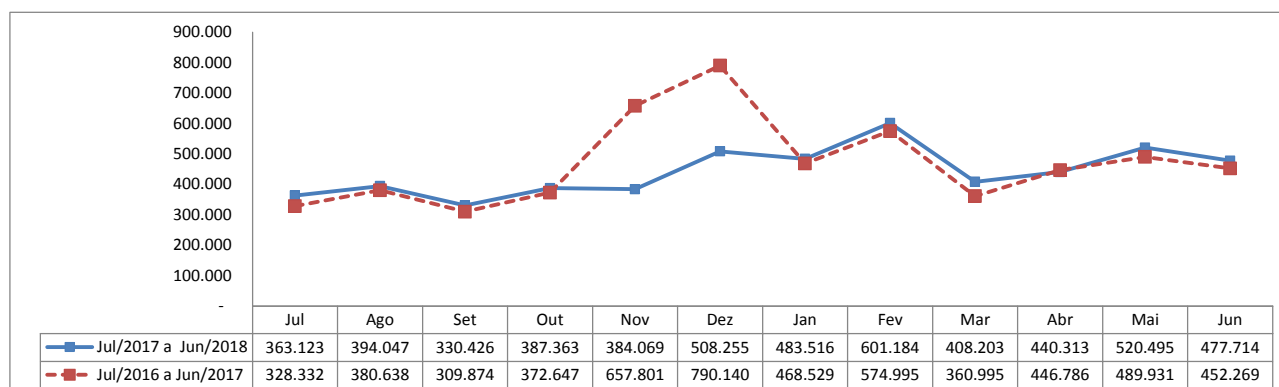
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Comparando-se o desempenho da arrecadação de IPVA dos últimos quatro anos, acumulados nos seis primeiros meses do ano, conforme a Figura 7, observa-se que a arrecadação de IPVA, em 2018, é a maior registrada. Possíveis explicações para esse incremento podem estar relacionadas ao pagamento da cota única desse imposto no mês de janeiro e a maior venda de veículos.

**Figura 7: Arrecadação de IPVA acumulada até junho (R\$ 1.000,00 de jun./2018)**

Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Os recursos transferidos pela União por meio do Fundo de Participação dos Estados para o estado do Ceará constitui-se na sua segunda maior fonte de receita corrente, que é composta por uma fração da arrecadação de Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Observa-se na Figura 8, que os valores transferidos entre julho de 2017 e junho de 2018, exceto pelos meses de novembro e dezembro de 2017 e abril de 2018, são superiores àqueles observados em idênticos meses do período anterior. Considerando-se que nos meses de novembro e dezembro de 2016 houve um significativo incremento dos repasses causados pela repatriação de recursos, pode-se constatar que, de uma forma geral, os repasses dos últimos doze meses foram maiores que os do período anterior, sendo isso uma possível decorrência da retomada da atividade econômica brasileira.

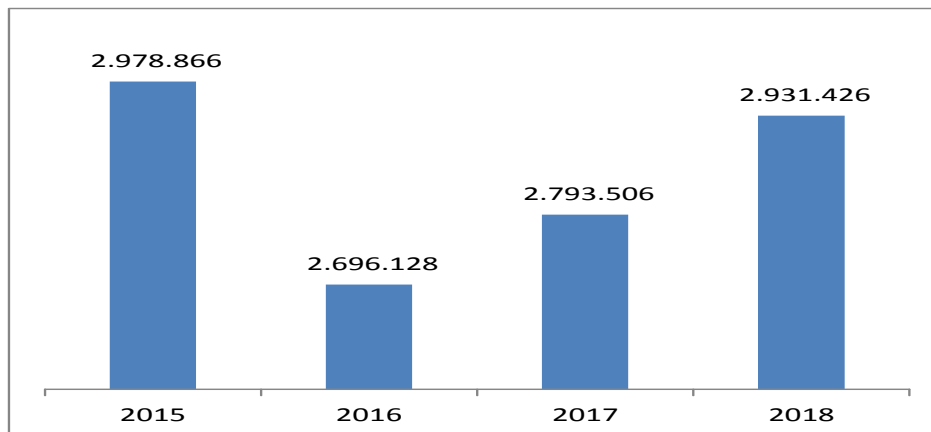
**Figura 8: Receitas transferidas do FPE de julho de 2017 a junho de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de jun./2018)**

Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Comparando-se, agora, o comportamento das transferências do FPE, acumuladas nos seis primeiros meses dos últimos quatro anos, conforme a Figura 9, observa-se um crescimento de R\$ 137,9

milhões (ou de 4,83% em termos reais) entre 2017 e 2018, mas que o acumulado neste último ano até junho ainda é R\$ 47,4 milhões menor que o de 2015 (a preços de jun./2018).

**Figura 9: Receitas transferidas pelo FPE acumuladas até junho (R\$ 1.000,00 de jun./2018)**

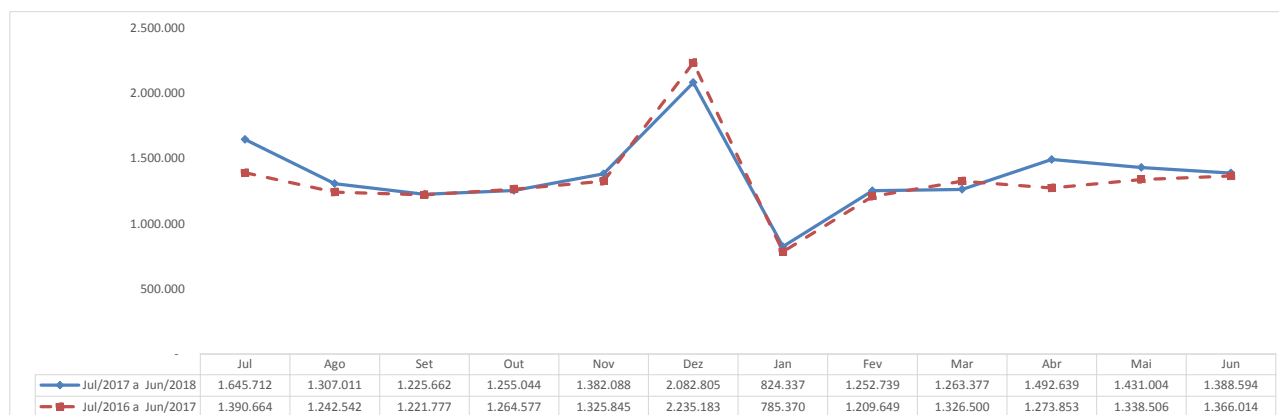


Dado o exposto anteriormente, observa-se que as receitas do Governo do Estado, nos últimos doze meses, foram positivamente influenciadas pela recuperação da economia estadual e nacional e pela majoração das alíquotas do ICMS. Observou-se, também, que, em 2016, receitas não recorrentes nos meses de novembro e dezembro contribuíram para um significativo incremento das receitas correntes do estado.

#### **4. Despesas Correntes e de Investimentos**

Esta parte do Boletim de Finanças Públicas destina-se à análise das despesas do estado do Ceará. Na Figura 10, apresenta-se o comportamento das principais despesas correntes relacionadas ao período de julho de 2017 a junho de 2018 e do período imediatamente anterior. Como se pode observar, na referida figura, que em nove meses, dos últimos doze meses, as despesas corrente superaram as do período compreendido entre julho de 2016 e junho de 2017, isto é, elas cresceram 3,57% em relação ao período anterior, representando um acréscimo de R\$ 570 milhões (a preços de jun./2018).

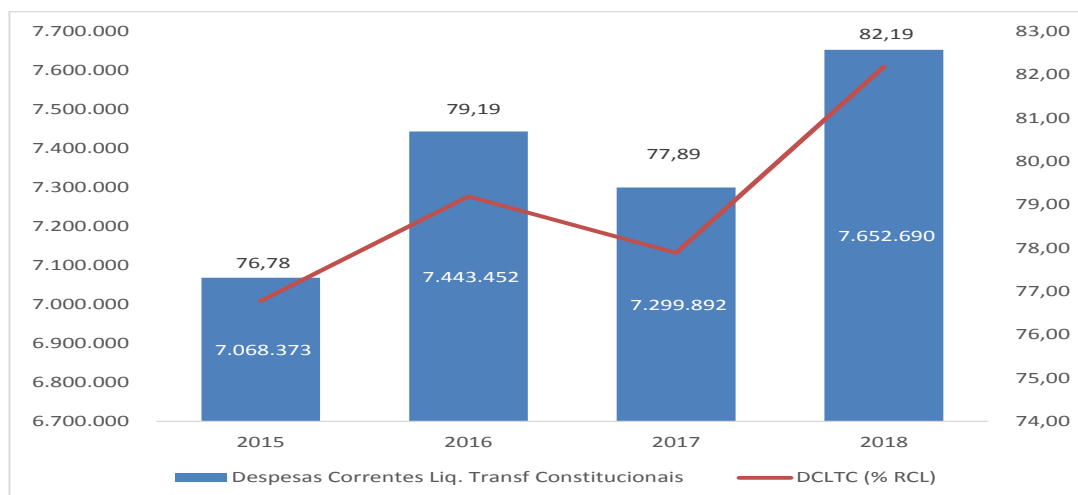
**Figura 10: Despesa Corrente Líquida das Transferências Constitucionais de julho de 2017 a junho de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de jun./2018)**



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

A Figura 11 apresenta as despesas correntes líquidas das transferências constitucionais dos seis primeiros meses acumuladas dos últimos quatro anos, onde se observa um crescimento de 4,83% entre 2017 e 2018, mas se a comparação retroagir ao ano de 2015, o crescimento real das despesas foi bem maior, representando 8,27%. Com base na Figura abaixo, constata-se que as despesas correntes líquidas de transferências constitucionais do estado comprometeram, até junho de 2018, 82,19% de sua RCL, superior aos três anos anteriores.

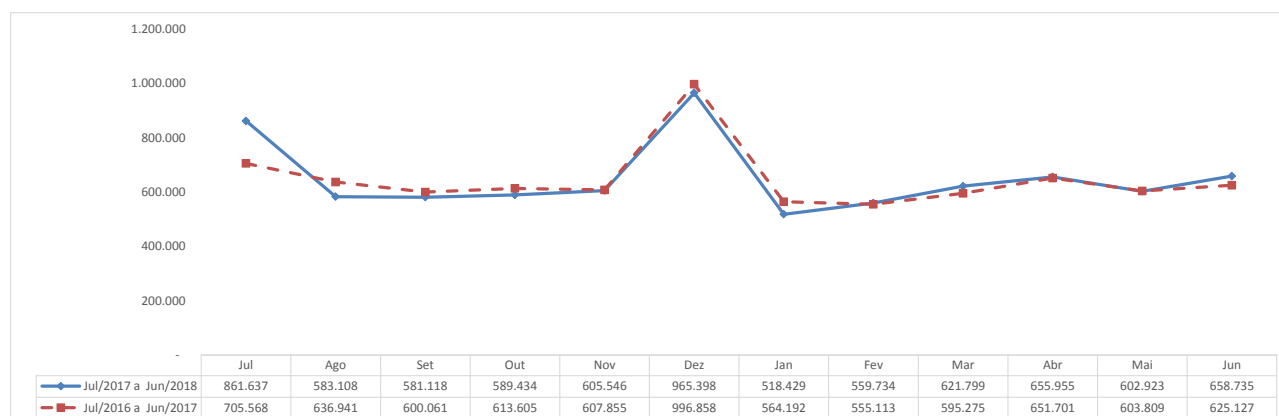
**Figura 11: Despesas Correntes Líquidas das Transferências Constitucionais acumulada até junho (R\$ 1.000,00 de jun./2018)**



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

O gasto com pessoal constitui a principal despesa corrente do estado do Ceará, cujas informações são apresentadas na Figura 12. No caso, essas despesas totalizaram, no período de julho de 2017 a junho de 2018, R\$ 7,8 bilhões (a preços de jun./2018), valor 0,62% superior ao observado no período anterior, ficando praticamente estável nesses dois anos.

**Figura 12: Despesa Total com Pessoal de julho de 2017 a junho de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de jun./2018)**



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

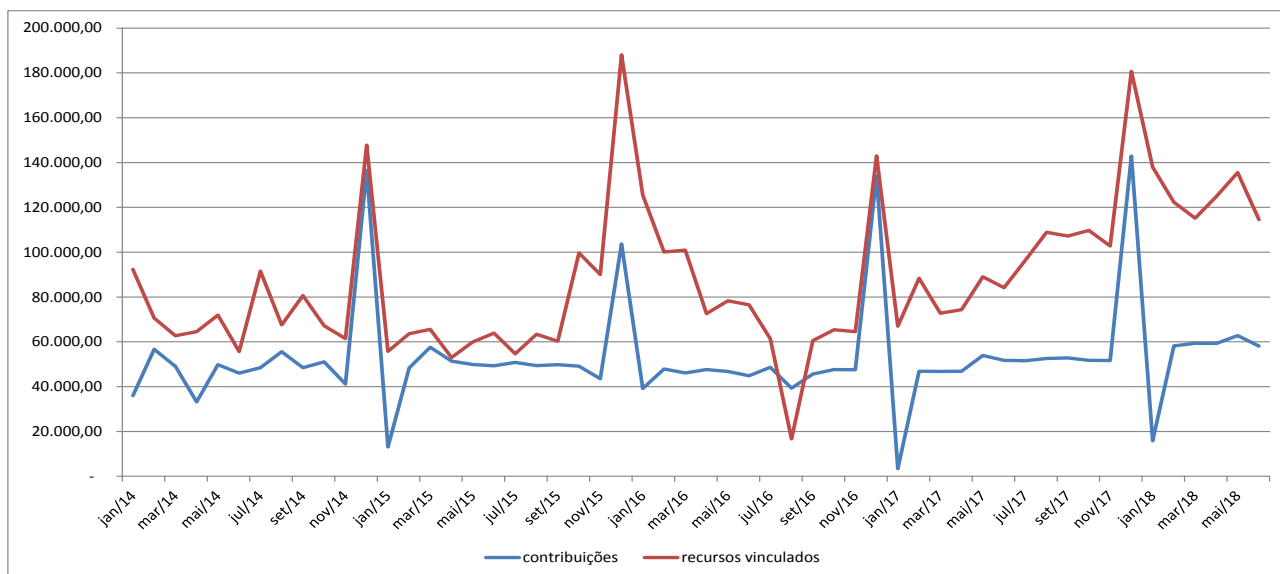
Obs.: As despesas de pessoal pagas por Consórcio de Saúde Pública não foram consideradas nesse relatório, dado que elas não constam no sistema S2GPR.

Relativamente aos limites da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Despesa Total com Pessoal (DTP) representou 42,3% da RCL, valor inferior ao limite de alerta (43,74% da RCL). No período imediatamente anterior o indicador representava 40,5% da RCL<sup>4</sup>.

Um fator a ser destacado, que contribuiu de forma significativa para que a despesa com pessoal ficasse abaixo do limite de alerta, foi o crescimento do valor de pagamentos de inativos com recursos vinculados. Destaque-se que esse valor é deduzido da despesa de pessoal, dado que se refere, principalmente, a pagamento de aposentadorias com recursos oriundos das contribuições previdenciárias. Nesse sentido, conforme apresentado na Figura 13, constata-se que, entre março e maio de 2017, o pagamento de inativos com recursos vinculados passou a ter um comportamento distinto do observado com as receitas de contribuições. Nesse sentido, ao comparar-se o período de julho de 2017 a junho de 2018 com o período anterior, constata-se que o pagamento de inativos com recursos vinculados cresceu 64,11%. Assim, recomendam-se maiores investigações para que se possa explicar esse fenômeno.

<sup>4</sup> Deve-se lembrar, mais uma vez, que esses valores diferem daqueles reportados no RREO divulgado pela SEFAZ devido os valores utilizados nesse boletim estarem a preços constantes.

**Figura 13: Pagamento de Inativos com Recursos Vinculados e Receitas de Contribuições (R\$ 1.000 de jun./2018)**

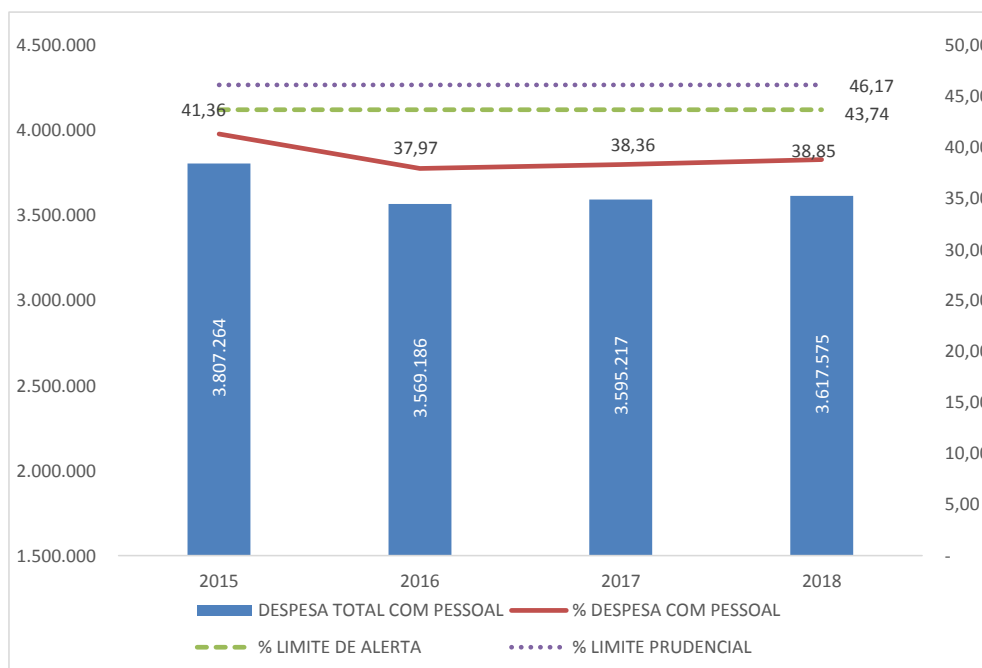


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Obs.: Só foram consideradas as contribuições dos empregados.

A Figura 14 apresenta as despesas com pessoal acumulada até junho dos últimos quatro anos, em que elas apresentaram-se, em termos reais, em um nível inferior em relação às verificadas em 2015. As despesas com pessoal acumulada de 2018 estão 4,9% abaixo daquelas observadas em 2015.

**Figura 14: Despesa com Pessoal acumulada até junho (R\$ 1.000,00 de jun./2018)**



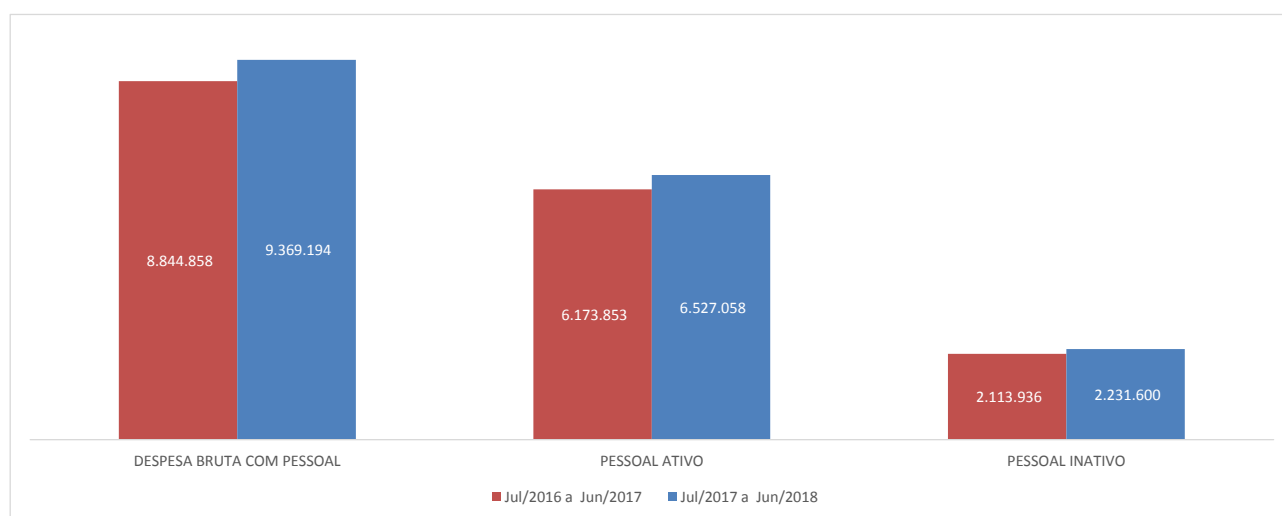
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Obs.: As despesas de pessoal pagas por Consórcio de Saúde Pública não foram consideradas nesse relatório, dado que elas não constam no sistema S2GPR.

Cabe salientar que parte dessa redução da despesa total com pessoal pode ser atribuída à majoração da alíquota previdenciária do estado que, em 2018, passou a ser de 13%, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 159/2016. Considerando-se o nível de comprometimento da despesa com pessoal, relativamente à RCL, constata-se que elas estão relativamente abaixo do nível de alerta da LRF, devendo-se ressaltar, mais uma vez, que o crescimento dos pagamentos de inativos com recursos vinculados (57,8%) tem contribuído, de forma significativa, para o cumprimento desses limites.

Deve-se observar ainda em relação à despesa com pessoal que seus dois principais componentes são as despesas com pessoal ativo e inativo em que ambas apresentaram crescimento. A despesa com pessoal ativo apresentou um incremento, entre julho de 2017 e junho de 2018, de 5,72%, enquanto as despesas com pessoal inativo cresceram 5,57% em relação ao idêntico período do ano anterior (Figura 15).

**Figura 15: Despesa com Pessoal Ativo e Inativo de julho de 2017 a junho de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de jun./2018)**



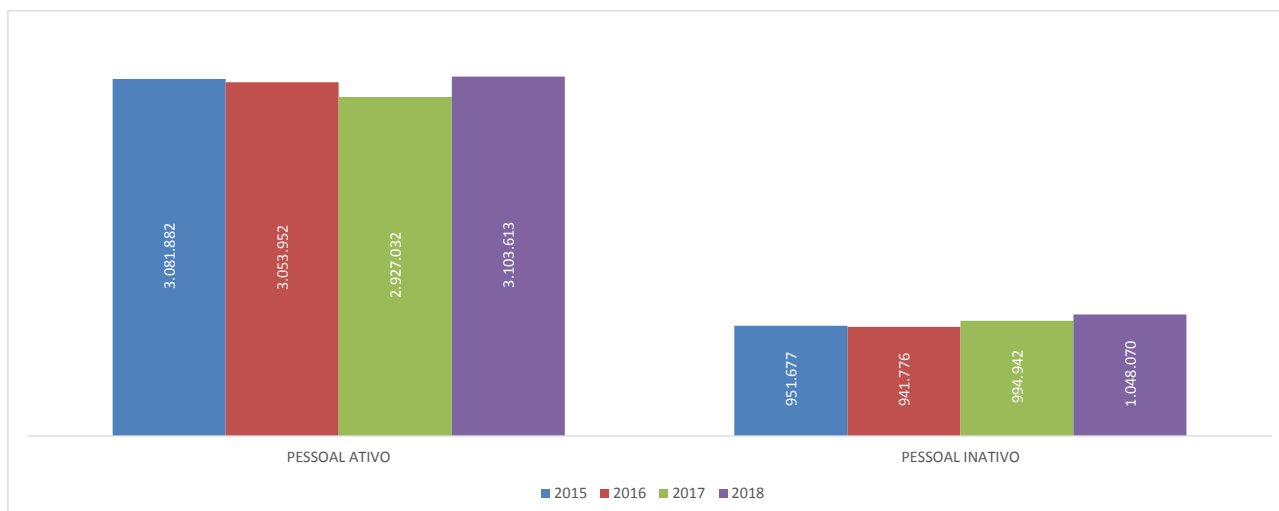
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

A Figura 16 apresenta o gasto com pessoal ativo em 2018, levando-se em contas as despesas acumuladas até junho dos últimos quatro anos, está levemente superior ao observado em 2015 (0,7% superior), revertendo uma tendência de queda verificada nos anos de 2016 e 2017. Já a despesa com pessoal inativo cresceu 10,1%, quando comparado com o acumulado até junho, em 2018, em relação a 2015 (ver a Figura 16).

Dado o maior crescimento do gasto com pessoal inativo, torna-se necessário um constante monitoramento da evolução dessa despesa visando adotar medidas que garantam a sustentabilidade da previdência estadual.



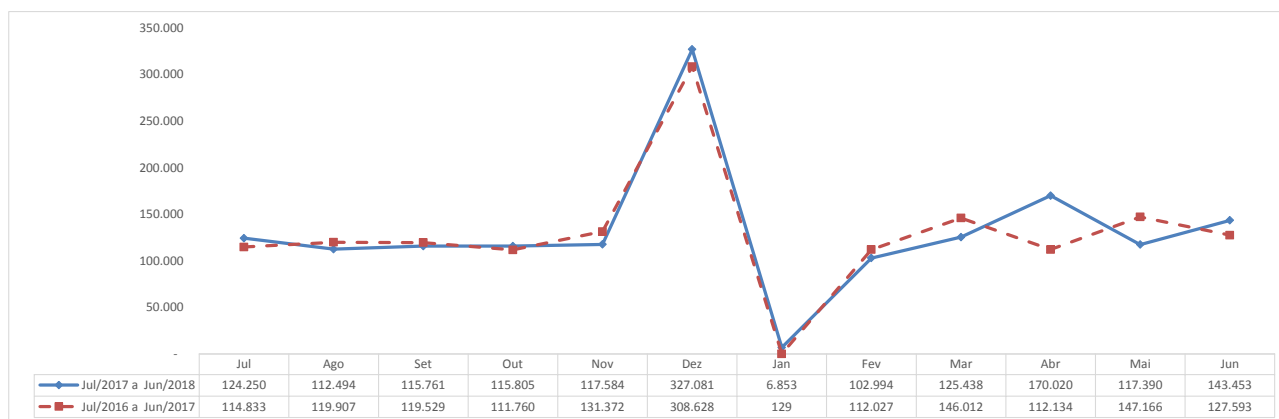
**Figura 16: Despesa com Pessoal Ativo e Inativo acumulada até junho (R\$ 1.000,00 de jun./2018)**



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Já a Figura 17 trata de outra importante despesa corrente do Governo do Estado do Ceará que é a locação de mão de obra onde no período de julho de 2017 a junho de 2018, alcançou a cifra de R\$ 1,58 bilhão, valor 1,81% superior ao verificado nos doze meses anteriores. Destaque-se que esse montante equivale a 8,6% da RCL do período.

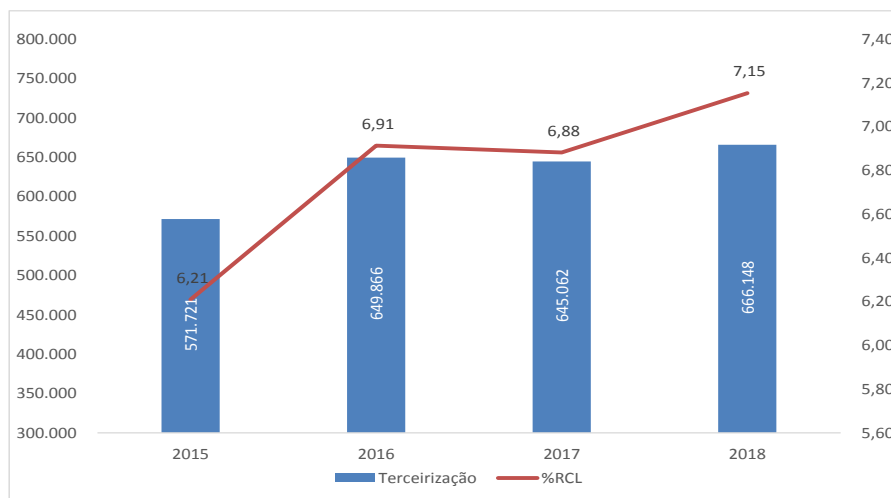
**Figura 17: Despesa com Locação de Mão-de-obra e Serviços de julho de 2017 e junho de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de jun./2018)**



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Relativamente ao acumulado no ano até o mês de junho, constata-se que os gastos com terceirização, em 2018, estão superiores aos do ano anterior, comprometendo 7,15% da RCL (ver a Figura 18).

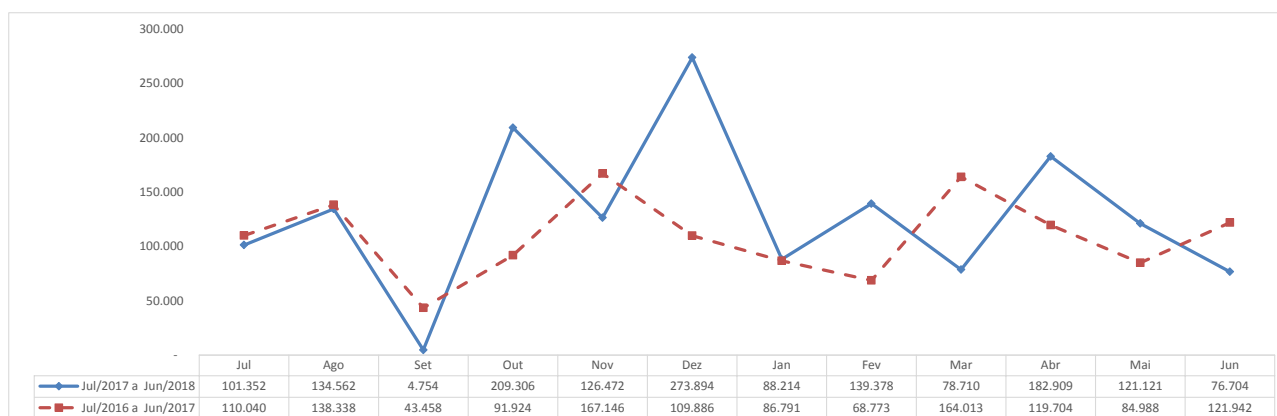
**Figura 18: Despesa com Locação de Mão-de-obra e Serviços acumulada até junho (R\$ 1.000,00 de jun./2018)**



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

O Governo do Estado do Ceará, de julho de 2017 a junho de 2018, pagou a título de juros e amortizações de sua dívida um total de R\$ 1,53 bilhão (a preços de junho de 2018), o que representou 8,3% da RCL do período. Esse montante foi 17,6% superior ao observado nos doze meses anteriores, quando foi pago R\$ 1,31 bilhão, comprometendo 6,8% da RCL. O limite com essa despesa foi estabelecido pela Resolução 43/2001 do Senado Federal, e não pode exceder 11,5% da RCL. Observa-se na Figura 19, que nos meses de outubro e dezembro de 2017, fevereiro, abril e maio de 2018 os pagamentos de juros e amortizações foram significativamente superiores aos meses similares do período imediatamente anterior.

**Figura 19: Despesas com Juros e Amortizações de julho de 2017 a junho de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de jun./2018)**

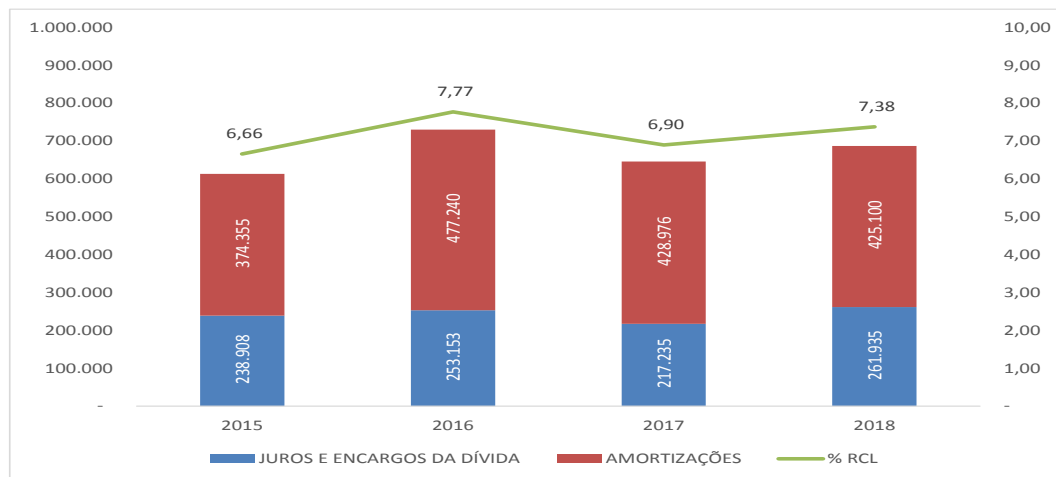


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

A Figura 20 apresenta a despesa com juros e amortizações acumuladas até junho, dos últimos quatro anos, onde se constata que a despesa com pagamento de juros e amortizações no acumulado

do ano de 2018 apresentou valor superior as de 2017 e 2015. Nesse sentido foram pagos, aproximadamente, R\$ 687 milhões, em 2018, representando 7,38% da RCL.

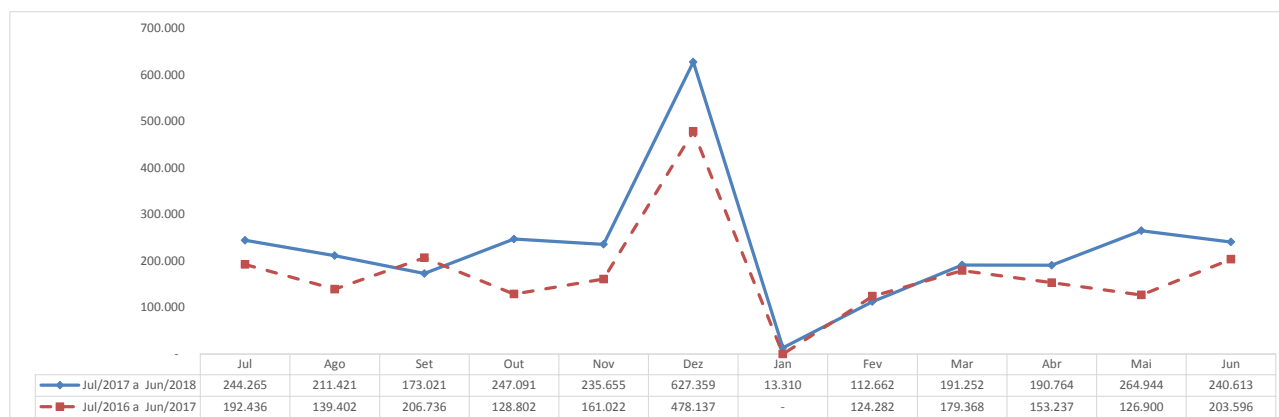
**Figura 20: Despesa com Juros e Amortizações acumuladas até junho (R\$ 1.000,00 de jun./2018)**



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

O comportamento, nos últimos doze meses, do último gasto analisado nesse Boletim, a despesa de investimento, que é uma despesa de capital, é apresentada na Figura 21. Como é possível apurar na referida figura, os investimentos, do período de julho de 2017 a junho de 2018, foram superiores em aproximadamente R\$ 658 milhões, ou 31,45% a mais, em termos reais, do que fora investido no período imediatamente anterior. Destaca-se que os últimos três meses de 2017 os investimentos foram 44,5% maiores que os verificados nesses mesmos meses do ano anterior. Ademais, nos meses de abril e maio de 2018, verificou-se uma elevação real de 62,6% em relação ao mesmo bimestre de 2017.

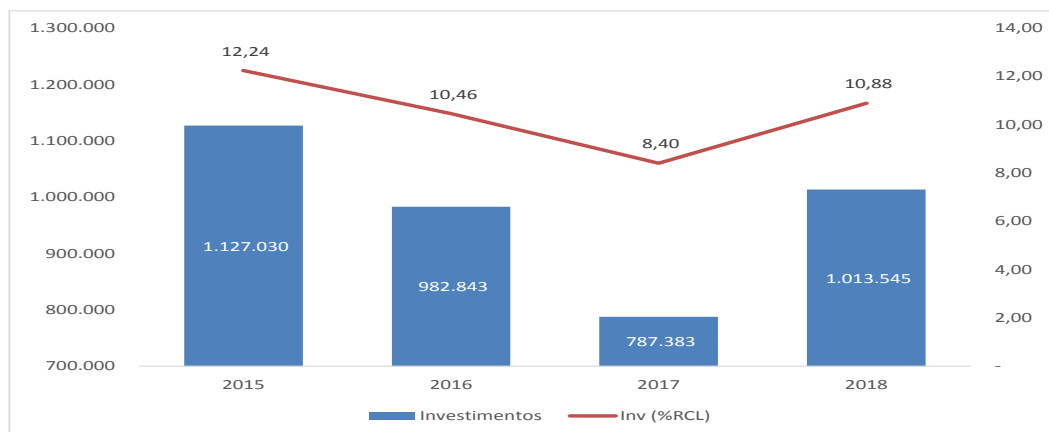
**Figura 21: Investimentos de julho de 2017 a junho de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de jun./2018)**



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Se a análise se detiver nos seis primeiros meses dos quatro últimos anos, conforme a Figura 22, observa-se que os investimentos do estado do Ceará em 2018 estão em um nível inferior aos de 2015, mas são 28,7% maiores que os de 2017. Constatam-se, ainda, que as despesas com investimentos, em 2018, representaram 10,9% da RCL acumulada no ano até junho.

**Figura 22: Investimentos acumulados até junho (R\$ 1.000,00 de jun./2018)**



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Dado o contexto de recuperação lenta das economias do Brasil e do Ceará, esse resultado é importante, pois, os investimentos públicos são essenciais tanto para estimular diretamente o crescimento econômico como, também, para induzir as inversões privadas.